

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL) DO FATORC

Objetivos e vocação específica do DLBC

1. Da análise SWOT à definição da vocação específica

Na análise SWOT, realizada pelo GAL na fase de pré-qualificação e revista na definição da EDL, foram identificados 2 problemas principais no território de incidência: 1) elevada taxa de desemprego da população; 2) percursos educativos e formativos incompletos que reproduzem desigualdades de oportunidades (cf. Anexo 8 Ofício Parecer do GAL proposta de dotação financeira).

Na análise das forças (S), fraquezas (W), oportunidades (O) e ameaças (T) destacou-se em ambos os problemas: existência de recursos locais (S); fragilidade da população residente nomeadamente ao nível de formação e desemprego (W); existência de novas oportunidades de investimento (O); e crescente desigualdade de oportunidades no acesso à educação, emprego e outros serviços (T).

Na definição da EDL procurou-se identificar as principais causas das fraquezas (W) e ameaças (T) analisadas. As causas identificadas pelo GAL associadas ao desemprego da população no território de incidência decorrem de dinâmica regressiva do mercado, da insuficiência de apoios para integração no mercado de trabalho, das baixas qualificações da população e da desigualdade de oportunidades nas condições de empregabilidade e de acesso ao emprego. Por sua vez, as causas associadas aos percursos educativos e formativos incompletos que reproduzem desigualdades de oportunidade decorrem da fraca atratividade dos espaços de ensino e de formação (currículos e gestão *top-down* do espaço Escola), da pouca ligação dos mesmos ao mercado de trabalho, da insuficiência de respostas para o aumento de percursos de mobilidade social, da desigualdade no acesso a serviços de educação formal, não formal e informal ou outros complementares aos percursos de desenvolvimento pessoal.

A vocação específica da EDL assenta no desenvolvimento de ações que tenham efeito nas causas dos 2 problemas identificados, que por sua vez orientam a definição dos objetivos estratégicos. Assim, a parceria Cascais DesEnvolve – Alcabideche e S. Domingos de Rana pretende contribuir, até 2020, para o aumento do n.º de pessoas empregadas e o n.º de jovens com percursos educativos e formativos completos, como forma de quebrar a reprodução do ciclo de pobreza.

2. Os objetivos estratégicos por áreas temáticas e tipologias de intervenção

No desenho da macro estratégia na fase de pré-qualificação, inicialmente o GAL identificou 38 objetivos estratégicos, que resultou da análise de 10 desafios prioritários.

Atendendo às áreas temáticas e tipologias de intervenção previstas no instrumento DLBC Urbano do POR Lisboa 2020, procurou-se redefinir os desafios prioritários e objetivos estratégicos para o território de incidência, tendo por base uma matriz de prioridade de investimentos (cf. Anexo 4).

Na 2ª fase de qualificação, a análise da matriz resultou na identificação de 5 desafios prioritários, que se assumem nesta EDL como os objetivos estratégicos, e na seleção de 14 objetivos específicos que contribuem para o cumprimento da vocação deste GAL. Após a proposta de dotação financeira recebida na notificação de 30 de Agosto de 2015, o GAL redefiniu os objetivos específicos, apresentando no momento 10 objetivos específicos, 6 dos quais com investimento de fundos próprios a 100%, de forma a não inviabilizar a implementação da EDL.

No âmbito da promoção da inclusão social, através do combate a problemas de exclusão social e de abandono escolar, com ênfase em medidas de inovação e empreendedorismo social em territórios urbanos desfavorecidos, prevista para o instrumento DLBC Urbano, a EDL irá enquadrar-se nas seguintes prioridades de investimento (PI) do POR Lisboa: 9.10/ 9.d - investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER) e 9.6/ 9.vi - estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais (Fundo Social Europeu - FSE), respondendo às seguintes áreas temáticas a) Criação de Emprego e Auto Emprego e b) Exclusão Social e Abandono Escolar.

a) Criação de Emprego e Auto Emprego

O GAL pretende promover iniciativas de mercado de base local que gerem emprego e autoemprego (Objetivo estratégico 1 – OET 1), com soluções inovadoras e/ou que favoreçam o aproveitamento dos recursos endógenos do território.

Para o efeito será crucial o investimento do FEDER nomeadamente nas ações da PI 9.10 *Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo, à criação de empresas e do próprio emprego e ao emprego – ação e) (e) e Incentivos ao investimento de pequena dimensão e à criação de microempresas onde a criação de emprego é critério fundamental do apoio (i).*

b) Exclusão Social e Abandono Escolar

Para esta área temática, o GAL propõe alcançar 4 objetivos estratégicos, com recurso a investimento do FSE e fundos próprios: contribuir para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao emprego (OET 2); promover a integração dos jovens no mercado de trabalho, ensino ou formação (OET 3); contribuir para o aumento da eficiência, qualidade e atratividade do sistema de educação e formação (OET 4) e promover a igualdade de oportunidades em contexto escolar (OET 5).

Estes objetivos enquadram-se nas seguintes ações da PI) 9.6: *Apoio à elaboração e animação de estratégias locais suportadas em parcerias entre organizações da sociedade civil - ação a) (a); Apoio a ações que promovam a aprendizagem ao longo da vida, o envelhecimento ativo, o apoio à 1ª infância e o combate ao insucesso e ao abandono escolar (c) e Promoção de inclusão ativa para a empregabilidade de grupos vulneráveis (e) e Estímulo à inovação no que respeita à procura de novas respostas sociais para a resolução de desafios sociais identificados (h). O cumprimento do OET 2 irá pressupor a ação e) do PI 9.6; do OET 3 a ação h); do OET 4 as ações c) e h); e do OET 5 as ações a) e c).*

Em linha com o POR Lisboa, o GAL assume nesta EDL que a resposta aos “elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza” requer uma estratégia complementar entre a

“dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos, em geral, da diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza, desemprego e exclusão” (POR Lisboa). Para além disto, assume a necessidade de se implementar ações que garantam a quebra da reprodução do ciclo de pobreza e da exclusão social, atendendo às características da população residente no território de incidência.

3. Dos objetivos estratégicos à identificação dos objetivos específicos

No âmbito da promoção de iniciativas de mercado de base local que gerem emprego e autoemprego (OET1), a EDL prevê apoiar e incentivar modelos de negócio que potenciem e privilegiem vantagens competitivas de Alcabideche e SDR (Objetivo específico 1.1 – OEP 1.1) e apoiar a dinamização de iniciativas inovadoras e competitivas que potenciem a criação de emprego e autoemprego (empreendedorismo, empreendedorismo social, microcrédito e outras iniciativas de economia social) (OEP 1.2). Estas iniciativas irão contribuir para a implementação de soluções que promovam o desenvolvimento territorial do ponto de vista socioeconómico, gerando mais postos de trabalho, tendo em vista os recursos existentes e a sua sustentabilidade. Face à EDL apresentada na 2ª fase de qualificação apresenta-se uma alteração dos OET2 e OET3 – no OET 2 em vez de 4 objetivos específicos apresenta-se 1: reforçar as condições de acesso a emprego e criação de emprego, de grupos vulneráveis incluindo a capacitação de parceiros locais (OEP 2.1); no OET3 em vez de 2 obj. apresenta-se 1: promover competências para a empregabilidade e mecanismos de transição para a vida ativa junto dos jovens NEET (OEP 3.1). Considerando a vulnerabilidade socioeconómicas da população residente no território de incidência é essencial levar a cabo iniciativas que reforcem as competências dos técnicos locais para a promoção da empregabilidade, as competências da população desempregada e o acesso a serviços e informação, aumentando assim a capacidade de integração no mercado de trabalho. Por outro lado, a elevada taxa de jovens desempregados no território de incidência exige uma aposta em ações de preparação e aproximação dos jovens ao mercado de trabalho, quer para prevenir o aumento dos jovens NEET, quer para a sua integração na vida ativa.

Face à proposta de dotação recebida na notificação de 30 de agosto de 2015, e de forma a não inviabilizar a implementação da EDL, o GAL propõe assumir com fundos próprios a prossecução dos seguintes objetivos: a contribuição para o aumento da eficiência, qualidade e atratividade do sistema de educação e formação (OET 4) prevê a promoção de iniciativas inovadoras de acompanhamento individualizado de alunos e formandos que potenciem a conclusão do percurso escolar e formativo com sucesso (OEP 4.1), o aumento da promoção das iniciativas de formação de professores e outros agentes educativos em *soft skills*, em empregabilidade e em metodologias ativas inovadoras, complementares às suas competências pedagógicas (OEP 4.2) e a promoção de iniciativas de articulação da educação, formação e mercado de trabalho (OEP 4.3). Para além da aposta em iniciativas que permitam os alunos e formandos aumentarem o seu sucesso escolar e taxa de conclusão é também essencial abranger professores/agentes educativos como forma de aumentar os impactos das ações.

Por último, a promoção da igualdade de oportunidades em contexto escolar (OET 5) visa contribuir para uma maior participação e envolvimento e responsabilidade dos jovens na gestão

do espaço-escola e organização dos currículos (OEP 5.1), promover iniciativas que reforcem proximidade e envolvimento das famílias nos percursos educativos e formativos dos educandos (OEP 5.2) e apoiar a disseminação de estratégias integradas de identificação das necessidades das crianças e jovens, ao nível da saúde mental e de articulação entre os serviços e o espaço-escola (OEP 5.3), garantindo assim condições para a quebra do ciclo de pobreza e exclusão.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação da EDL

O DLBC assume-se como um instrumento privilegiado de animação e promoção de uma estratégia integrada de desenvolvimento do território de incidência, nomeadamente através da constituição do GAL. Para além do envolvimento dos parceiros do GAL, apostar-se-á numa abordagem de mapeamento e mobilização de outros atores relevantes e dos seus recursos, o que permitirá assegurar a ausência de duplicação de ações e promover um *GAL que se auto-alimenta*.

a) Participação dos parceiros, animação e acompanhamento da EDL

O desenho da EDL do Cascais DesEnvolve contou com um forte envolvimento e participação dos parceiros. O Acordo de Parceria, entre as 45 instituições constituintes do GAL (*cf.* Anexo 1), constitui o instrumento regulador da participação dos vários organismos criados e das comunidades locais. Para além de definir os órgãos constituintes, define também as suas responsabilidades na conceção, elaboração e implementação da EDL.

Entre as funções previstas, salienta-se as que asseguram as atividades de animação da parceria e de acompanhamento da EDL: entre os parceiros do GAL, além de reuniões, haverá grupos de trabalho organizados a partir de critérios de complementaridade de *know-how* e potencial de transmissibilidade interinstitucional. Será promovida uma comunicação direta entre a CE e o GAL, de forma a recolher informação relevante, nomeadamente mapeamento cíclico dos recursos existentes no território, disponibilidade de recursos humanos e *know-how* para integração em ações específicas.

Nas reuniões do GAL poderão participar, sem direito a voto, cidadãos em nome individual, nomeadamente através de encaminhamento seguido da participação nos Fóruns Comunitários (FC). A CE terá a função de promoção da sua participação e da gestão da integração de novos elementos identificados. Anualmente, serão dinamizados FC como estratégia de conferir à população um papel ativo de influência nas políticas e programas públicos.

b) Ações de animação e promoção

Tal como referido anteriormente, a comunicação será um eixo central e crucial para o sucesso da EDL, estando previstas as seguintes ações: publicação de convites à apresentação de propostas e de critérios de seleção associados; devolução de resultados da EDL nos instrumentos de comunicação; publicações de boas-práticas para a mitigação dos problemas

identificados e de instrumentos de capacitação dos agentes locais; incentivo à publicação científica dentro dos projetos. Serão privilegiados e ativados canais já existentes e utilizados no território - Plenário do CLAS, Websites das instituições constituintes do GAL, as Comissões Sociais de Freguesia, redes de trabalho locais – entre outros criados no âmbito da EDL como os FC e as “auditorias comunitárias”.

Haverá um Seminário inicial com os promotores dos projetos selecionados para alinhamento com a EDL, nomeadamente com os objetivos gerais da EDL e metas a serem cumpridas até 2020, e esclarecimento sobre os instrumentos previstos para a sua monitorização e supervisão. Ao longo da implementação dos projetos serão dinamizadas ações de formação trimestrais que respondam às necessidades identificadas pelos agentes locais e membros do GAL. Estas permitem disseminar boas práticas sobre gestão de projetos, gestão de recursos humanos, dinamização da comunidade local e comunicação e facilitar a partilha de informação e aprendizagens entre os participantes, introduzindo uma componente prática e colaborativa na formação.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

À luz das diretivas da Política de Coesão Europeia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, o território de incidência da EDL partilha com a AML forças, fraquezas, ameaças e oportunidades inscritas na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT-AML), e.g.: existência de *“recursos endógenos potenciadores de turismo rural e natureza”*; *“consolidação e reforço do Terceiro Setor no combate à pobreza e à exclusão social”*; entendimento da multiculturalidade *“como um elemento estratégico de afirmação criativa e cultural da região”*; *“desajuste entre as competências produzidas no sistema de ensino e as necessidades das empresas”*; existência de *“áreas urbanas críticas, caracterizadas pela coexistência de graves problemas sociais e urbanísticos”*; *“elevada taxa de abandono precoce da educação e formação”*; *“participação em cursos profissionais no ensino secundário ainda insuficiente”*; *“elevada taxa de desemprego jovem”*; existência de *“áreas industriais obsoletas ou em declínio”* que *“podem configurar localizações de excelência para protagonizar novas dinâmicas económicas”* e o contexto favorável ao *“despoletar de novas iniciativas no domínio do empreendedorismo social”*.

A EDL concorre diretamente para 3 das 6 Prioridades (P) Estratégicas da EIDT-AML: P4 - *“Reforçar a vertente de desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável”*, nomeadamente ao nível do *“Apoio à revitalização física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas”* e do seu objetivo temático *“Promover a Inclusão e combater a pobreza e a discriminação”* (EDL objetivo estratégico - OET 2); P5 - *“Promover a capacitação regional no âmbito da inclusão social, incluindo o abandono escolar precoce, num contexto de mobilização concertada da rede social existente no território”* (EDL OET 2, 4 e 5), nas suas 3 linhas de intervenção: *“Criação, capacitação e desenvolvimento de redes de atores”*; *“Identificação e estabelecimento de estratégias integradas para grupos em situação de vulnerabilidade ou em risco de exclusão social”*; *“Territorialização das intervenções de inclusão social”*; e P6 -

“Aprofundar e reforçar as dinâmicas económicas locais, incluindo as prioridades em matéria de ajustamento das ofertas formativas e de outras políticas ativas de emprego às características de desenvolvimento do território” (EDL OET 4).

Articulando a EDL com o Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020 (PAR Lisboa), tendo em conta as Metas no Quadro da Estratégia Europa 2020 e os desafios estratégicos propostos pelos principais documentos comunitários, a EDL contribui para *“melhorar os resultados dos sistemas de ensino e facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho (EDL OET 3, 4 e 5); modernizar os mercados de trabalho e capacitar as pessoas, desenvolvendo as suas qualificações ao longo da vida, com vista a aumentar a participação no mercado de trabalho e a estabelecer uma melhor correspondência entre a oferta e a procura de mão-de-obra (EDL OET 1, 2 e 4); e para que a coesão social e territorial permita assegurar uma ampla distribuição dos benefícios do crescimento e do emprego e para que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social possam viver dignamente e participar ativamente na sociedade” (EDL OET 1 e 2).*

Também na Estratégia Regional Lisboa 2014-2020 a visão global de desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo para a região, concretiza-se na *“qualificação do capital humano, promoção do emprego e dinamização do empreendedorismo; e pelo reforço de uma “região coesa e solidária, assegurando condições de igualdade de oportunidades, de equidade social e territorial e de diálogo intercultural, de controlo e prevenção dos fatores de exclusão e de procura incessante de novas respostas de inclusão social”*, objetivos com os quais a EDL converge.

Analisando as prioridades estratégicas do Quadro de Ação Regional do PAR Lisboa, e articulando o mesmo com a EDL, verifica-se convergência nos seguintes Domínios-Chave: “Educação, Emprego e Empreendedorismo” e “Inclusão e Inovação Social”. Dentro de cada domínio, a EDL contribui para os seguintes objetivos específicos: *“Integrar de forma sustentada os desempregados adultos no mercado de trabalho”; “Promover a inserção de jovens no mercado de trabalho e a empregabilidade”; “Dinamizar o empreendedorismo, a criação de empresas e a criação de empregos por conta própria de forma sustentável; “Aumentar as intervenções que, de forma integrada e articulada, favoreçam as condições para a melhoria do sucesso educativo dos alunos”; “Melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação/formação e das condições de aprendizagem”; “Facilitar o acesso de grupos vulneráveis ao mercado de trabalho”; “Promover o desenvolvimento do empreendedorismo social e o surgimento de soluções inovadoras e sustentáveis para responder aos desafios da exclusão e da pobreza”.*

De acordo com a Estratégia de Sustentabilidade do concelho de Cascais, a EDL promove a visão de Cascais *“alavancado por uma governança moderna, assente em redes de conhecimento e confianças mútuas, e ancorado num prestigiado capital humano” e como um “território qualificado, marcado pelas pessoas que nele residem, trabalham ou visitam, bem como pela dinâmica das atividades de elevado valor acrescentado que gera, para o que contribuem o dinamismo e a qualidade da sua sociedade civil.”*

Destaca-se a articulação da EDL com os objetivos estratégicos prioritários do Plano Diretor Municipal (PDM) de Cascais: *“a promoção da qualidade de vida urbana, da criatividade, conhecimento e inovação, dos valores ambientais e da coesão e inclusão”*. A EDL concorre para

os objetivos de 3 dos 5 eixos estratégicos do PDM: *“Estimular a competição: cooperar para competir, buscando novos nós de valor acrescentado”* (E2), *“Apostar na diversidade social”, “Fomentar a dinamização social inclusiva”* (E4), *“Impulsionar a democracia de proximidade”* (E5).

A EDL contribui ainda para diversos objetivos do Plano de Desenvolvimento Social de Cascais: A1. *Apoiar o acesso ao emprego de grupos com maiores dificuldades de inserção socioprofissional*; B1. *Promover o direito ao emprego/ocupação, reconhecendo as competências individuais*; C1. *Aumentar a oferta formativa em consonância com as necessidades do mercado de trabalho e adequada ao perfil dos jovens*; A2a. *Alargar a cobertura das respostas sociais e promover a equidade no acesso às mesmas*; D2. *Promover o empreendedorismo e a economia social*; D3. *Criar mecanismos que promovam a organização e participação dos municípios e das organizações locais na gestão do território*; A4a. *Alargar e adequar a resposta na área da saúde mental*; C6. *Promover competências pessoais e sociais através de iniciativas de educação não formal*; B7. *Respeitar e valorizar as diferenças socioculturais e necessidades individuais, na forma como se disponibiliza informação* e C7. *Facilitar o acesso à informação que promova a autonomia e desenvolvimento pessoal, familiar e ocupacional*.